

Simone Dreyfus, *Les Kayapo du Nord, État de Pará — Brésil. Contribution à l'étude des Indiens Gé, Le Monde d'Outre-Mer Passé et Présent. 1.° Série. Études XXIV*, Mouton & Co., Paris-Haia. 1963, 312 pp.. 27 fotogr. em pranchas. 12 figs. no texto.

Nos últimos decênios, as tribos da família lingüística já têm sido alvo de especial atenção da parte de antropólogos nacionais e estrangeiros. Esse interesse cada vez mais vivo resulta de uma série de importantes problemas teóricos suscitados pelas monografias de Curt Nimuendajú sobre os Apinayé (1939), os Xerente (1942) e os Timbira Orientais (1946). O famoso etnólogo descreveu com bastante rigor a organização social extraordinariamente complexa por ele descoberta naquelas tribos, fornecendo os elementos básicos para análises em sentido funcional e estrutural. Para estudos comparativos mais amplos impunham-se pesquisas semelhantes em outros grupos jê. Uma delas foi empreendida por Alfred Métraux (1954) e Simone Dreyfus (1955) entre os Kayapó do Norte, cujo território se estende hoje, em essência, entre o médio Araguaia e o médio Xingu.

A presente monografia é o resultado principal dessa pesquisa, que teve por objeto dois grupos kayapó: Os Kubenkränkên, no Xingu, e os Gorotire do Rio Fresco, afluente daquele. Simone Dreyfus conviveu cerca de cinco meses com os primeiros, que haviam sido pacificados somente em 1952 e mantinham ainda quase intacta a sua primitiva cultura. Aos Gorotire, já bastante aculturados, fez uma visita de duas semanas.

Não foi fácil a coleta do material. Entre os Kubenkänên havia um único indivíduo que falava sofrivelmente o Português, e este relutava muito quando solicitado a prestar serviços de informante. Como, além disso, o tempo disponível não fôsse suficiente para que a pesquisadora chegasse a dominar o idioma da tribo, o estudo naturalmente não pôde ser tão completo e seguro como era de se desejar, ainda mais porque o objetivo central era a descrição da complicada estrutura social kubenkränkên. Assim mesmo, deve-se reconhecer que Simone Dreyfus conseguiu apresentar um quadro bastante rico da cultura que investigou. E não se limitou a dar a seu trabalho um caráter monográfico. Ampliou-o de modo a estabelecer um confronto entre os Koyapó e as demais tribos do grupo jê. Num capítulo muito sugestivo sobre a mitologia, baseado em 27 textos colhidos por Alfred Métraux, vai até mais longe: estuda as tradições míticas dos Kayapó situando-as no contexto geral das culturas aborígenes da América do Sul.

Após um rápido esboço histórico e geográfico, Simone Dreyfus dedica um capítulo à cultura material, em que concentra a atenção principalmente na construção da aldeia, nas diferentes atividades econômicas e nas técnicas.

A parte mais substancial e mais bem estruturada é a que se refere à vida familiar e social. Trata-se aí minuciosamente dos sucessivos estágios da vida individual (com ênfase particular na primeira infância), das relações familiares e do sistema de parentesco, dos grupos sociais e da guerra. Mostra-se, entre outras coisas, em que sentido o arranjo espacial da aldeia (as habitações familiares constituindo um círculo em torno da praça, em cujo centro se encontra a casa dos homens) reflete a divisão primária da sociedade no grupo dos homens e das mulheres, divisão a que se sobrepõe a existência de duas metades masculinas; analisa-se o sistema das classes de idade masculinas e femininas; estuda-se a instituição da chefia política, econômica e guerreira em suas relações com a divisão em metades e com o sistema de parentesco; discute-se o papel dos grupos patronímicos, que abrangem todos os indivíduos de um e outro sexo. A exposição da nomenclatura de parentesco conduz a uma comparação com os sistemas correspondentes das demais tribos jê. Em tudo isso, a autora procede com bastante cautela, ciente de que sobre uma série de pontos não é possível ainda um pronunciamento definitivo e de que serão necessárias novas pesquisas de campo para se apreender em toda a sua complexidade a estrutura e a organização sociais dos Jê e dos Kayapó em particular.

Convém destacar ainda algumas páginas magistrais sobre a música dos Kayapó. Esta é de suma importância na vida da tribo e tão variada que não foi possível a Simone Dreyfus, em sua curta permanência no campo, registrar senão uma parte dela. "A música kayapó por nós ouvida é (...) essencialmente coral. Cerimonial, de caráter não religioso, marca as fases da integração social ou auxilia à preparação das atividades coletivas: grandes caçadas, grandes pescarias ou colheita da mandioca. É exclusivamente monódica; a sua estrutura é pentatônica." (pp. 129-130.) Alguns exemplos dessa arte são estudados com grande perícia, fato muito raro em obras de etnologia brasileira.

Sobre as representações e práticas religiosas há poucos informes no livro. É um domínio sobre o qual existem alguns artigos, principalmente do missionário austríaco, A. Lukesch, mas que mereceria pesquisas mais aprofundadas.

Em apêndice reproduzem-se os mitos levantados por Alfred Métraux e alguns dados demográficos. — *Egon Schaden*

John J. Johnson, *The Military and Society in Latin America*, Stanford University Press, Stanford, California, 1964.

A recrudescência das intervenções militares na América Latina tem despertado, nos Estados Unidos, novo interesse pelo nosso militarismo e levado os estudiosos daquele país a uma reavaliação do papel das classes armadas em nossa história. Dentre esses estudos tem tido certa repercussão o de John J. Johnson que, anteriormente, já nos havia dado uma análise do desempenho do que ele denomina "os setores médios" nas transformações políticas da América Latina (John J. Johnson, *Political Change in Latin America. The Emergence of the Middle Sectors*, Stanford University Press, Stanford, California, 1958).

É objetivo do Autor, na obra mais recente aqui resenhada, mostrar-nos a atuação dos militares nos setores extra-militares da sociedade latino-americana

por meio do estudo: 1) dos métodos pelos quais podem influir nas decisões de ordem política; 2) do impacto que os oficiais exercem na área sócio-econômica; 3) do "background" desses mesmos militares, aspecto ao qual o Autor dá suma importância, pois, segundo sua opinião, "esses oficiais são levados a tomar decisões de ordem política antes na base de suas experiências pessoais do que das institucionais" (p. VII).

John J. Johnson, partindo dessa análise, chega à conclusão que os militares latino-americanos são antes de tudo produto do seu meio e que, ao contrário de seus émulos da África, Oriente Médio e Sudeste Asiático, estão antes inclinados a seguir do que a liderar. Mas o que o Autor pretende principalmente demonstrar, segundo suas próprias palavras, "é a importância fundamental que terá sobre a posição mundial da América Latina a atitude desses oficiais, mais inclinados às mudanças e aos grupos emergentes do que à força, à violência ou preocupados com o tamanho dos orçamentos militares" (p. VIII).

Parece-nos que, pelo menos no caso do Brasil, o Autor, em seu demasiado empenho em demonstrar sua tese, prejudicou-a mais do que a favoreceu. O nosso país ocupa menos de um terço da obra, dedicando-lhe John J. Johnson dois capítulos, se excetuarmos o final em que se compara a evolução do militarismo no Brasil e na América Espanhola. Este espaço teria sido suficiente se o Autor não tivesse tido a preocupação de apresentar um panorama geral de nossa história, o que é feito no capítulo destinado a relatar o papel político das forças armadas brasileiras. O outro é reservado a expor a imagem que o público formou dos militares brasileiros.

O ponto de partida do Autor pareceu-nos sumamente feliz. Ao ressaltar o caráter de não-violência da História do Brasil, em geral, e de nossos militares, em particular, procura Johnson explicá-lo não por razões de ordem por assim inatas do nosso comportamento como povo, mas sim por motivos de ordem histórica. Mostra-nos que, neste terreno da violência, até 1800 não havia diferença entre a América Portuguesa e a Espanhola. É a partir do século XIX que nossos caminhos começam a divergir dos de nossos vizinhos hispano-americanos. Atribui as diferenças que irão marcar nossa história a três fatos principais: 1) ao de que a primeira base de nosso exército permanente foi constituída por elementos portugueses; 2) à realização de nossa independência sem o recurso à luta armada, graças à atuação de José Bonifácio; 3) à presença de mercenários alemães e irlandeses no exército brasileiro que participou da guerra da Cisplatina, o que, segundo o Autor contribuiu para destruir a imagem das forças armadas como instituição nacional. Pensamos, a respeito desta última explicação, que Johnson subestima o papel que a ideologia libertadora desempenhou nas lutas armadas desse período da Independência Latino-Americana. Nos exércitos hispano-americanos que lutavam pela emancipação também havia mercenários estrangeiros, o que não impediu que fossem considerados como integrantes de uma instituição nacional. Já no caso brasileiro, a guerra da Cisplatina era, ao contrário, uma ação anti-patriótica, anti-libertadora e cremos que tenha sido este seu caráter, mais do que a presença de mercenários, o responsável pelo divórcio entre o exército, aliás predominantemente português, como observa o Autor, e as forças vivas da nacionalidade.

Depois deste promissor início, cai Johnson num esquematismo baseado em explicações tradicionais de nossa história que nada a enriquece, ao contrário. Dominado por um mal disfarçado preconceito contra as oligarquias rurais, nada compreendeu de seu papel como sustentáculo fundamental da ordem imperial,

contra a qual uma eventual ação das forças armadas teria sido não só impotente, como falha, de todo o sentido. Será que o Autor se esquece que todo e qualquer grupo dirigente, seja de origem rural ou urbana, oligárquica ou democrática, civil ou militar, tem sua função construtiva em dado momento da vida de uma sociedade e que só se torna fator deletério quando procura manter-se no poder além desse momento histórico?

E', porém, quando aborda a história da República no Brasil que o Autor se desmanda por completo. Em primeiro lugar, é bastante discutível sua afirmação ao identificar o exército com a "burguesia emergente". Nem soube ressaltar a estreita colaboração entre civis e militares na proclamação da nossa república e nos anos que se seguiram. Só a partir de 1910, da campanha civilista de Rui Barbosa e da eleição de Hermes da Fonseca à presidência começa a surgir certa oposição e uma tendência a alinhar, na política brasileira, civis de um lado e militares de outro. Mesmo assim, essa tendência nunca teve importância na história da República. A colaboração entre os dois setores sempre foi um fato indiscutível. Mesmo durante o governo forte do Marechal Floriano não havia essa distinção e os "jacobinos" recrutavam-se tanto entre os militares quanto entre os civis.

Essas circunstâncias vêm, aliás, a favor da tese exposta pelo Autor no seu prefácio e segundo a qual os militares latino-americanos não se distinguem do seu meio e não formam, portanto, um grupo à parte. Mas, no caso do Brasil, sua preocupação constante em comparar militares e civis acaba por dar ao leitor a idéia que Johnson opõe os dois setores como se fôsse antagônicos. Esse método é particularmente infeliz quando analisa a contribuição dos militares para o progresso de nosso país. Ao ler essas páginas, aquele que desconhece a História do Brasil terá a impressão que os civis em nada contribuíram para o nosso desenvolvimento, seja no nível tecnológico, seja no político. Afirma, por exemplo, que se a República obteve uma constituição em 1891, devemos-lo exclusivamente ao Marechal Deodoro. E' ele quem solicita a colaboração de alguns civis "capazes" e ainda não corrompidos pelo poder e sob a influência desses conselheiros uma Assembléia escolhida a dedo por Deodoro (sic) escreve e aprova a nossa primeira constituição republicana (p. 195)! Em que fatos John J. Johnson se baseia para nos apresentar essa sua incrível versão do governo provisório que se instituiu após a queda do Império? Toda superioridade tecnológica é atribuída aos militares. A eles devemos todas as obras de engenharia realizadas no País. A engenharia civil brasileira é completamente ignorada pelo Autor. Até a solução de nossos litígios fronteiriços durante a Primeira República é obra do exército. Rio Branco nem é mencionado. Não estará desta maneira o Autor des-servindo, ao em vez de favorecê-la, a causa que defende? Ninguém nega a obra construtiva que a nação deve às nossas forças armadas, particularmente como fator de unidade e integração nacionais. E' no exercício dessas funções que têm sido um elemento decisivo no desenvolvimento do País. Mas será necessário, para exaltar o exército, silenciar a respeito dos civis? Ou ver nestes apenas os representantes de uma oligarquia prepotente que nada fez a não ser sugar a nação?

O Autor, em vez de se deter nessas exemplificações simplistas, poderia ter restringido sua análise a momentos mais decisivos da participação dos militares em nossa vida política e nos dar um estudo mais aprofundado. Constata, por exemplo, o lugar capital que oficiais do nosso exército adquirem sob o regime de Vargas e, no entanto, nos dá uma explicação superficialíssima do fenômeno que, por sua importância, merecia maior atenção. Mas, apesar de suas distor-

ções, seu esquematismo, sua superficialidade, o livro de John J. Johnson tem interesse e deve ser lido por quem deseja conhecer as idéias que sobre os nossos militares sustenta certa corrente atual do pensamento nos Estados Unidos da América do Norte. — *Nícia Villela Luz.*

ALMEIDA PRADO, Décio de — *Teatro em Progresso. Crítica Teatral (1955-1964).* São Paulo, Livraria Martins Editora, 1964, 314 pp.

Coleções de texto de teatro ou sobre teatro, como as elaboradas pela Livraria Agir Editora, pela Burity ou Brasiliense, merecem o mais sincero apoio de nossa parte, porque vêm — não enriquecer, mas, propriamente, criar a literatura especializada no gênero. Neste sentido, que as primeiras palavras desta apresentação sejam de louvor à Livraria Martins, pela publicação de *TEATRO EM PROGRESSO*, de Décio de Almeida Prado. Não podemos evitar, porém, uma restrição de ordem puramente gráfica. Esta é uma obra de alto nível intelectual: uma revisão cuidadosa se impunha, portanto, pois a origem jornalística é uma explicação compreensível mas não justifica o descuido no que se refere à acentuação.

Lendo-se as páginas introdutórias de *TEATRO EM PROGRESSO*, pode-se ter a falsa idéia de que a edição é desprezenciosa, resumindo-se numa simples coletânea de ensaios críticos, publicados originalmente no *Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO*, e, como tal, mais ou menos limitados no tempo. No entanto, a própria explicação do título abre perspectivas mais amplas, se bem que não indiquem, de todo, o verdadeiro alcance da obra. Inspirado em livro de James Joyce — *WORK IN PROGRESS*, o título sugere a evolução que vem sofrendo o teatro brasileiro desde suas origens. Sem realizar-se ainda plenamente em seus objetivos, pode-se sentir, ao longo destes nove anos, o progresso alcançado não só pelos atores, mas, sobretudo, pelos encenadores e dramaturgos brasileiros.

Através de *TEATRO EM PROGRESSO*, acompanhamos o nascimento das casas de espetáculo, a formação das companhias nacionais, e o papel de importância fundamental que exerceu, e ainda exerce, a Escola de Arte Dramática, desde a sua criação.

Pelos estudos, percebemos que, se o teatro brasileiro nasceu com a representação de autores estrangeiros, pouco a pouco as traduções foram cedendo lugar às peças nacionais — constatação auspiciosa, não por um patriotismo infantil, mas porque revela o talento teatral autêntico, resultante de um natural amadurecimento e do bom aproveitamento daquele estágio preparatório. Assim também devemos compreender o papel das temporadas de companhias estrangeiras no Brasil, a função de um diretor como Ziembinski ou Adolfo Celi, por exemplo, e, mais recentemente, a ida de valores nacionais para estágios na Europa ou Estados Unidos. Esse acúmulo de experiência, haurida em fontes estrangeiras, permite-nos, inclusive, maior preparo para a interpretação adequada das peças importadas.

As primeiras críticas do Autor têm, portanto, a função de incentivar nossos novos elementos, atribuindo à E.A.D. e ao Teatro Brasileiro de Comédia papel relevante. Assim, por exemplo, a primeira tentativa de se representar Shakespeare no teatro paulista é valorizada na justa medida, pois o Crítico considera que o importante, neste momento, é que a encenação seja trabalhada com honestidade, talento e dedicação.

Do ponto de vista do método de exposição, as críticas não poderiam ser mais eficientes. Iniciando com a análise minuciosa do texto e sua conseqüente interpretação pessoal e juízo crítico, o Autor procura, a seguir, encontrar o tratamento adequado da peça, no espetáculo montado pelo diretor. Sente-se, então, a importância e a responsabilidade do encenador, pois sobre ele recai a árdua tarefa de alcançar o verdadeiro sentido da peça, como texto literário, para, num segundo momento, encontrar os meios expressivos, em linguagem teatral, dessa intenção mais íntima, e sugerir aos atôres o caminho de cada representação. A partir da análise psicológica das personagens, feita pelo Crítico, o leitor compreende porque um ator encarna eficientemente ou não o papel que lhe coube. Uma interpretação discutível do texto arruína o trabalho de meses e meses de toda a companhia, pois a melhor boa vontade e a dedicação mais empenhada não resgatam o falseamento do tema da obra.

Por outro lado, percebe-se que sobre essas bases essenciais repousa um trabalho de equipe, que deve ser harmonioso para alcançar seus objetivos: atôres (e o Autor não é menos exigente com as figuras secundárias que com os primeiros nomes da companhia), cenógrafo, figurinista e, nestes últimos anos, criadores das músicas que se entrosam, cada vez mais, em nossos espetáculos, contribuem todos para o sucesso ou malôgro de uma encenação. As palavras do Autor sintetizam o exposto: "É uma regra de teatro, supomos, que num espetáculo feliz, baseado numa interpretação exata do texto, todos os elementos parecem-se acordar misteriosamente entre si." (p. 25)

Uma advertência, porém, é feita aos atôres: se o alto nível de um espetáculo, alcançado nas primeiras representações, é resultado de uma maturação de semanas e semanas, êle só poderá ser mantido, durante toda a temporada, à custa do mesmo processo: o ensaio exaustivo, para evitar resultados desastrosos (como a queda brusca de bilheteria, por exemplo). Conclui-se, portanto, que o trabalho de equipe não termina na noite de estréia.

Como se vê, êste tipo de crítica destina-se, primeiramente, ao próprio elenco teatral — é uma orientação segura, baseada em sólidos conceitos teóricos — estéticos e filosóficos, e secundada por uma sensibilidade penetrante. Assim compreende o Autor sua função de crítico: quando louva, é entusiasta e animador, sem, contudo, deixar de apontar os pequenos senões, inevitáveis em qualquer atividade humana; mas quando censura, sabe distinguir o que é resultado de falhas do dramaturgo (encenações malogram, muitas vêzes, porque a peça não tem pêso suficiente; ainda assim a responsabilidade é do diretor que não soube escolher), do encenador ou dos atôres, mal orientados ou inexperientes, mas de talento inequívoco, daquilo que resulta de má fé ou simples ausência de vocação artística. Neste caso, então, é impiedoso, em sua linguagem irônica, mordaz, muitas vêzes maliciosa, combatendo a falta de sinceridade, o sensacionalismo, o comercialismo.

Êste trabalho de orientação do pessoal de teatro, no decorrer dos anos, revela seus frutos: sente-se que tal dramaturgo firmou-se em seus processos técnicos e expressivos, ou aprofundou-se no tratamento de determinados temas; acompanha-se a real evolução de um diretor ou de um ator, inseguro a princípio, convincente e realizado tempos depois (cf. Néilson Rodrigues, Gianfrancesco Guarnieri, Jorge Andrade, Ariano Suassuna; Antônio Abujamra, Antunes Filho, Flávio Rangel).

Ainda mais. O Crítico oferece sugestões, não só quanto à interpretação ou montagem, mas também no sentido de animar um diretor, que considera apto à

encenação de determinado tipo de peça, a empenhar-se no trabalho. Em 1962, a propósito de "inspiradíssima encenação" de Antunes Filho (YERMA, de García Lorca), o Autor prevê a possibilidade de montar-se, "em dia não remoto, uma comédia de Shakespeare." (p. 241) Três anos depois, tais prognósticos se verificam plenamente: o mesmo diretor, com êxito inegável, leva a terno a representação felicíssima da MEGERA DOMADA!

Em segundo lugar, a crítica arguta de Décio de Almeida Prado é endereçada ao leitor comum. Publicados em jornais, os estudos visam à sua orientação, auxiliando-o na compreensão dos espetáculos. Ao mesmo tempo, incentiva a ida ao teatro, procurando criar no público — um espectador em potencial — o gosto pelas representações, e o discernimento necessário que o habilite à seleção de bons programas.

Se esta finalidade, perfeitamente lograda, aliás, é válida sobretudo pela publicação oportuna da crítica no momento das montagens, por outro lado, a obra transcende êsses limites, interessando, também, o estudioso do assunto. Apesar de analisar esta ou aquela peça, as críticas, forçosamente, têm que fundamentar-se em conceitos teóricos, que justifiquem o elogio ou a censura. O Autor expõe, portanto, embora indiretamente, seu pensamento crítico.

Sente-se, em primeiro lugar, que a peça teatral, até o momento de sua montagem, ainda não existe como tal, pois o texto escrito, contrariamente ao que ocorre com o romance, apenas deixa entrever a complexidade da obra, que só se realiza, plenamente, como *espetáculo* (do qual faz parte o trinômio texto-ator-público).

A discussão sobre a finalidade da peça de teatro é outro elemento que se desprende das críticas, motivada, sobretudo, pela "reação nacionalista", que acentua a inclinação política para a esquerda de textos e encenações (Brecht!).

Embora nem sempre a opinião política do Autor coincida com a da peça encenada, êle a respeita e aceita, se o espetáculo se realiza como obra de arte, coerente em seus elementos constitutivos. Porém, se o ímpeto político distorce ou desvirtua o sentido de uma peça (o próprio texto ou a encenação podem falsear os fatos), o juízo é inapelável. Muitos diretores, possuídos do que o Autor chama de "insensibilidade histórica" (p. 216), determinam o fracasso de uma encenação, porque querem ver, em determinados textos estrangeiros, críticas sociais e políticas aplicáveis à situação do Brasil, sem perceber que a atualidade da peça é devida, não a circunstâncias históricas, que mudaram, mas a "alguma coisa mais vasta e universal, menos presa às contingências políticas." (p. 216)

E' que muitos encenadores, preocupados com o testemunho, teóricamente convencidos da necessidade de delatar uma situação insustentável, muitas vezes têm medo de confessar que a representação de uma boa peça — não comprometida politicamente, é válida pelo simples fato de funcionar teatralmente. Desejando aplacar a consciência, contentam-se com uma situação de compromisso entre o lado estético e o político. Solução, evidentemente, insustentável. O Autor aconselha a tais diretores que selecionem peças relacionadas com os problemas que os preocupam, porque "o primeiro dever de lealdade do encenador é sempre para com o autor e para com a peça"... (p. 199)

O livro nos revela ainda uma conceituação segura quanto aos meios de expressão do teatro, sobretudo o moderno, formulados a partir de determinado momento no Brasil, sob a influência direta de Brecht (não só nossos autores, mas os encenadores também traem em seus trabalhos a marca do criador alemão).

Para quem não leu as críticas diretamente no Jornal, *TEATRO EM PROGRESSO* é uma descoberta encantadora; para quem já teve a oportunidade de conhecer os estudos que o compõem, sua leitura é um prazer renovado. Quantas vezes me surpreendi — e a meus companheiros — pelas risadas deliciosas que o livro suscita. Nesses momentos, esquecia-me que preparava um trabalho, empolgada pela leitura e contagiada pelo entusiasmo do Autor diante de um bom espetáculo. É que o estilo de Décio de Almeida Prado é vivo, colorido, cheio de imagens pitorescas, mas ao mesmo tempo elegante e discreto. A verdade é que suas palavras são maleáveis, e recriam no leitor a emoção que o espetáculo deve ter despertado no público.

A crítica de *PLUFT, O FANTASMINHA*, de Maria Clara Machado, por exemplo, se impregna do espírito da peça: suas qualidades são leveza, graciosidade, humor, resultantes da sensibilidade — não apenas crítica, mas criadora do Autor: “Era uma vez um fantasmilha chamado Plufl, que tinha medo de gente (às vezes desconfiava que gente nem existia).” (p. 26)

Outras críticas, ao contrário, se revelam maliciosas, contaminadas do tom do espetáculo: “Que o título acima (*A DAMA DAS CAMÉLIAS*) não induza nenhum conspícuo leitor a erro: exceto pelo fato incontestável de ambas usarem camélias e nenhuma das duas ser propriamente uma dama, não há qualquer semelhança entre a Margarida Gauthier de Dumas Filho e a personagem criada por Dercy Gonçalves.” (p. 37)

Concluindo, podemos dizer que *TEATRO EM PROGRESSO*, publicação aparentemente desprezível, pois é a coletânea de oitenta e três críticas de peças representadas em São Paulo, durante os últimos nove anos, revela ao leitor mais atento seu verdadeiro alcance. Recomenda-se, portanto, sua leitura integral, pois só assim delinea-se o fio do pensamento que lhe dá unidade, e sentido mais profundo à carreira do Crítico, empenhado numa tarefa complexa, mas atraente. Através de *TEATRO EM PROGRESSO*, rastreamos a evolução do teatro brasileiro: o movimento das casas de espetáculo, que firmam uma reputação de acordo com as peças encenadas; a continuidade das representações, de autores estrangeiros ou nacionais, encetadas por valores nossos, representações essas que podemos confrontar com as de companhias estrangeiras, em suas temporadas no Teatro Municipal (nem sempre, é bom que se diga, levamos a pior...); o evidente amadurecimento de nossos dramaturgos, que, embora muitas vezes sejam influenciados por outros artistas, libertam-se dessa influência, para criar, com peças de sentido universal, algo realmente brasileiro, condizente com nosso temperamento e tradição. — Neusa Pinsard Caccese

CASTELLO, José Aderaldo — *A Literatura Brasileira — Manifestações da Era Colonial*. 2.^a ed. rev. e aum., São Paulo, Editora Cultrix, 1965, 255 pp.

Graças ao êxito alcançado pela 1.^a edição, rapidamente esgotada, o que bastaria por si para explicar a aceitação da obra, sai agora a 2.^a edição ampliada é bastante melhorada de *A Literatura Brasileira* de J. A. C., elaborada, com critério e seriedade. Não se trata propriamente de uma história da literatura, mas antes de um ensaio feito com perspectiva de justiça para mostrar as origens da Literatura Brasileira e sua evolução através de certas constantes, continuadas e enriquecidas com os tempos. Com visão clara do problema e de suas interrelações, consegue demonstrar que a Era Colonial se constitui numa

fase de preparação da Literatura Brasileira até que ela alcance sua autonomia, iniciada com o Romantismo. Deu especial relevo ao sentimento nativista, vertente mais fecunda das manifestações dessa era e verdadeiramente o responsável pela formação da idéia de nacionalidade. E aí se encontra de fato a unidade das manifestações literárias dos primeiros séculos de vida no Brasil, unidade que o Prof. J. A. C. aponta com clareza, mostrando seu crescimento até se transformar em elemento diferenciador de nossa expressão literária até então mero prolongamento da Literatura Portuguesa.

Inicia-se sua obra pela discussão e crítica dos critérios adotados pelos historiadores da literatura, visando marcar as origens e formação da Literatura Brasileira no século XVI. Com isso o A. busca estabelecer o ponto de partida a fim de conceituá-la para fundamentar sua perspectiva. Assim, conceituada a Literatura Brasileira e definida a Era Colonial, o A. reconhece o século XVI como "século de preparação para o desenvolvimento posterior da literatura no Brasil Colônia" (p. 31). Passando pelos cronistas portugueses e jesuítas que escreveram sobre a terra, destaca a figura de José de Anchieta, como a mais significativa, porque ele "foi um precursor-iniciador de alguns aspectos e tendências ou temas de nossa tradição literária" (p. 56). Dêste modo, o século XVI aparece a J. A. C. numa nova dimensão e importância assinaladas por José de Anchieta e consequentemente revalorizada pela perspectiva histórica do A.

Passando às manifestações da época barrôca que caracterizam o século XVII, o A. procura vê-las em função do complexo sócio-econômico, responsável pelas expressões artísticas verificadas no Brasil como prolongamento das mesmas expressões da Literatura Portuguesa. Nesse período de nossa vida literária, o A. aponta o nascimento e o desenvolvimento do espírito nativista, marcando tanto a poesia quanto a prosa. Suprindo a lacuna da primeira edição, J. A. C. ampliou e enriqueceu consideravelmente o estudo sobre Gregório de Matos que "preenche perfeitamente a trajetória barrôca, com seus processos técnicos e expressivos e com suas preferências temáticas" (p. 82). Também a prosa dessa época está contaminada pela influência barrôca e marca as manifestações de Ambrósio Fernandes Brandão, Frei Vicente do Salvador, Rocha Pita e Antônio Vieira, bem como de outros prosadores. O estudo sobre Vieira também foi ampliado nessa 2.^a edição, num reconhecimento de sua importância na oratória religiosa porque "com relação ao gosto literário dominante, em língua portuguesa pobre, ele se destaca universalmente como um exemplo marcante, de relevo incontestável" (p. 90). Na verdade, sua influência se irradia para os campos político, religioso, social e econômico, atestando sua invulgar capacidade de trabalho, elementos bem destacados por J. A. C.

Como reflexo tardio das academias européias, surge no século XVIII o movimento academicista no Brasil como natural consequência das manifestações cultistas e conceptistas, que encontraram "importante fator de propagação no movimento academicista" (p. 99). O A. procura ver no movimento os elementos positivos que de alguma maneira contribuíram para a afirmação de uma manifestação literária que se ia aos poucos diversificando dos padrões puramente portugueses. E "se é verdade, portanto, que o movimento academicista apresenta aspectos negativos, é também certo que avulta, no século XVIII, como movimento cultural mais complexo e legítimo que tivemos em toda a era colonial" (p. 119). A seguir, entra a considerar as manifestações da prosa contemporânea ao academicismo, mas desligadas dele, onde encontra os primeiros elementos de romance no Brasil, com Nuno Marques Pereira e Teresa Margarida da Silva, cujas obras J. A. C. examina com cuidado.

Depois da introdução, onde justifica as razões dos limites da era arcádica e dos elementos pré-românticos, inicia o estudo do arcadismo e, agrupados os poetas em líricos e épicos, o A. estuda a obra de cada um deles, dentro dessas duas facetas. Para J. A. C. Cláudio Manuel da Costa, pela sua posição crítica e como autor de "transição" é o mais importante dos árcades brasileiros. É o poeta a quem o A. confere estudo de maior dimensão e, apesar de fazer-lhe certas restrições quanto a sua expressão, reconhece que "avulta em Cláudio Manuel da Costa o árcade, admirável sonetista, poeta de forma trabalhada a ponto de ser um dos preferidos pelos nossos parnasianos" (p. 139). Ganha relêvo em sua obra Silva Alvarenga, a quem J. A. C. coloca num plano de importância considerável, pela posição crítica do autor de *Glaura* que lhe permite um lugar de transição entre o espírito bajulador e a atitude de liberdade em relação à Metrópole. O que nos surpreende, de certa maneira, é a pouca importância dada a Tomás Antônio Gonzaga, estudado em apenas duas páginas, para doze dedicadas a C. M. da Costa e também para Silva Alvarenga, ficando assim colocado numa posição subalterna, destoante de nossa tradição literária onde ele tem sido apontado como grande poeta. Ocupando-se rapidamente de Alvarenga Peixoto, passa a Basílio da Gama, colocado pelo A. no ciclo camoniano, de quem recebeu influências bem marcadas em seu poema. Destaca nêlo o sentimento da paisagem que "já é algo novo e expressivo na poesia da época, voltada para o Brasil" (p. 171), onde estaria a poesia americana. Já Santa Rita Durão "se apresenta mais dentro da linha nativista das manifestações poéticas da era colonial, ao mesmo tempo que representa um retrocesso ao modelo camoniano, fielmente seguido" (p. 171). Quanto ao poema *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, "não resta dúvida de que sua elaboração definitiva resultou da plena definição crítica da atitude nativista do poeta" (p. 175) e apresenta "maior valor histórico e crítico" em comparação com os poemas de Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Por esse motivo o A. insiste em seu estudo, alargando as perspectivas de visão do poeta que deixou marcada esteira por onde outros virão a caminhar depois.

Iniciando o exame da segunda fase arcádica, contemporânea à definição do Romantismo na Europa, J. A. C. coloca como ponto de fundamental importância "as reformas culturais, econômicas e políticas de D. João VI no Brasil e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento crescente do antilusitanismo" (p. 189), visto que elas modificam a realidade brasileira alargando o meio e abrindo possibilidades de manifestações de cultura que preparam o advento do Romantismo. O A. mostra que a vinda de D. João VI "apressou a emancipação espiritual do Brasil" (p. 195), porque provocou um arejamento do ambiente, acelerando a atividade cultural, a vida social e permitindo o conhecimento de outras culturas além da portuguesa. Entre as reformas, ganha especial relêvo a criação da Imprensa Régia a possibilitar, doravante, a impressão do livro no Brasil, até então feito em Portugal. Com isso amplia-se consideravelmente a divulgação e a circulação de idéias. Em seguida, J. A. C. historia as publicações da época bem como o nascimento da atividade periódica no Brasil, mostrando como se vai transformando a vida no Brasil ao influxo dum grande número de modificações. Na atividade oratória, destaca Monte Alverne como "uma das figuras mais representativas do momento histórico em que viveu, tanto pelas idéias que resultaram de sua qualidade de religioso e das tendências do romantismo espiritualista, quanto pelas idéias que emanaram do momento histórico nacional" (p. 212). No campo literário em geral, as atividades se desenvolvem "numa mistura de Arcadismo, pré-romantismo, até mesmo Romantismo e o despertar da

literatura folclórica" (p. 213). Ao estudar essas manifestações, J. A. C. destaca a importância de José Bonifácio e de Borges de Barros, cuja poesia encontra ressonância em escritores posteriores e se estende pelo Romantismo adentro. Examinando os centros irradiadores de vida cultural e literária, J. A. C. ressalta o papel da *Sociedade Filomática* de São Paulo, em cuja revista João Salomé Queiroga fala numa "poesia nacional, inspirada em motivos populares e escrita em "língua brasileira" (p. 231). A grande importância da Revista da Soc. Filomática está em que o "pensamento crítico e renovador, que ela exprime, projeta-se na Niterói — *Revista Brasiliense*" (p. 236), considerada porta-voz do Romantismo no Brasil.

Encerra a obra uma síntese final em que J. A. C. enfeixa as determinantes de uma expressão artístico-literária que nasce no século XVI como mero prolongamento da Literatura Portuguesa, até o momento em que ela adquire feição própria, graças a um conjunto de modificações, vindo a transformar-se numa expressão literária distinta da inicial e com elementos que lhe são próprios e peculiares.

Como boa perspectiva histórica e clareza na exposição, J. A. C. pôde realizar obra bastante significativa para interpretar os "momentos decisivos" de nossa formação literária, apontando os elementos que aos poucos foram distinguindo o fato literário produzido no Brasil inicialmente pelo colonizador e depois pelo brasileiro, nato ou de eleição. Obra rica de informações, bem documentada, é peça essencial para quem quiser conhecer o nascimento, desenvolvimento e formação da Literatura Brasileira, dentro de uma perspectiva geral em que os efeitos têm explicadas as suas causas. — José Carlos Garbuglio

BOSI, Alfredo — *A Literatura Brasileira — O Pré-Modernismo*. "Roteiro das Grandes Literaturas", vol V. São Paulo, Cultrix. 1966, 162 pp.

Dentro da programação da Editora Cultrix, relativamente à história da Literatura Brasileira, pretendendo estudá-la desde o início até a atualidade, temos agora o volume dedicado às manifestações pré-modernistas. Entregue a tarefa ao professor Alfredo Bosi, afeito à coisa literária fora dos limites do historicismo, podemos afirmar que se desincumbiu satisfatoriamente, graças ao seu talento, sensibilidade e formação sólida, presentes na síntese feliz desse difícil período da Literatura Brasileira. Tratando-se de um momento pouco estudado, soube movimentar-se com segurança e clareza de idéias, sustentando um equilíbrio raro no trato de escritores em geral exaltados ou subestimados sem base de caráter científico.

Assim uma vez definidos os critérios estético e cronológico que orientam os objetivos da obra e a atitude em face do fato literário, Alfredo Bosi estabelece os limites de seu campo de ação aos dois primeiros decênios deste século, em que convivem tradições de passadismo e a anunciação, ainda que pálida, de nova realidade literária. Caminhando nesses dois extremos, o A. aponta os elementos caracterizadores das obras como reflexo de uma ou outra posição e muitas vezes das duas posições ao mesmo tempo.

Desta maneira, verifica que a poesia parnasiana ou neoparnasiana, que anima o momento, "traduz uma concepção estética obsoleta" (p. 20), já superada nos núcleos onde viveu sem grande vitalidade, mas persistente entre nós na voz

frouxa e cansada de alguns epígonos, onde transparece vez ou outra um alento menos fraco. Sem procurar arrolamento exaustivo, Bosi enumera os principais autores, cujas obras tiveram algum mérito. Nessa direção, examina o aristocrático e neoclássico José Albano, o estilista conservador e estolco Amadeu Amaral e o exótico e arcaizante Goulart de Andrade, mostrando suas diferenças e peculiaridades: "um clássico, um estoico e um virtuose — aproximam-se os três da imagem corrente do Neoparnasianismo, enquanto tendência para a fixação de certa linguagem poética tradicionalista." (p. 27.) Já dentro da atmosfera do imobilismo reinante", ainda contaminado pelo sensualismo romântico persistente, o A. coloca Martins Fontes, e "entre o formalismo parnasiano e as inquietações simbolistas", Hermes Fontes cujo obra "oscila entre o fausto sonoro e certa *veleidade filosofante*". Lugar à parte ocupa o esteta apaixonado da forma e da côr, Raul de Leão, cujo mundo luminoso é animado por uma contida vibração, que os modernos souberam apreciar. A importância que assume Augusto dos Anjos, no marasmo comum, faz que A. Bosi lhe dedique um capítulo inteiro, onde considera com justeza convincente "a *dimensão cósmica* e a *angústia moral* de sua poesia" (p. 44), reflexo do comportamento de torturado de um homem premido por uma visão do mundo que lhe aparecia em processo de fatal decomposição.

Enquanto a poesia "representa o elemento conservador", a prosa da época já anuncia na voz de seus melhores escritores os interesses da geração modernista no que tem de mais original e autenticamente brasileiro. O acerto dessa observação, com as ressalvas colocadas pelo A., mostra o domínio de uma perspectiva literária e histórica que lhe permite traçar o quadro literário do momento de transição, que é o Pré-Modernismo. De sorte que, em termos de síntese, Alfredo Bosi examina a obra de Afonso Arinos, posta entre a tradição parnasiana da linguagem e os elementos regionalistas; de Valdomiro Silveira, preocupada "com o registro exato dos costumes interioranos" (p. 62); de Simões Lopes Neto, "o exemplo mais feliz de prosa regionalista no Brasil antes do Modernismo" (p. 65), e que é, verdadeiramente, um artista que tem algo de si para transmitir; de Alcides Maia, preso ainda ao Parnasianismo e sem forças para "abrir caminhos para o futuro" (p. 66); de Hugo de Carvalho Ramos nos conots sobre a natureza e a vida social goianas que perpassaram pela sua obra com sabor peculiar, a despeito de sua insegurança; de Monteiro Lobato, o mais importante de todos pelo caráter polêmico de sua obra, pela ironia e pela atitude pragmática e participante de seu espírito. Se exerce militância, confirmada no decorrer de sua carreira, tem, por outro lado, uma "posição ambivalente", pois, homem de vanguarda, afastou-se do Modernismo de 22, como faz ver Alfredo Bosi. Já Adelino de Magalhães tem sua obra posta em cheque pelo A., dado que sua constante preocupação com cenas vulgares e cruas está "aquém do nível dos sentimentos e fora de qualquer intenção sublimadora" (p. 71).

Passando ao estudo do "romance entre o documento e o ornamento", Alfredo Bosi procura enquadrar Coelho Neto em sua época, a fim de "compreendê-lo em situação histórica" (p. 85). Aprecia-o com bastante lucidez, depois de analisar-lhe sucintamente a parte mais importante da obra. Com isto, consegue evitar a atitude exaltadora ou demolidora e permanecer numa posição de equilíbrio para demonstrar sem paixão os defeitos e as qualidades do escritor.

Afrânio Peixoto e Xavier Marques, colocados na linha do regionalismo, apenas cronologicamente são considerados pré-modernistas, pois suas obras se tingem ainda de tonalidades românticas, ao passo que Lindolfo Gomes e Antônio

Sales se projetam como "precursores do romance regionalista moderno" (p. 88), ao surpreender temas que seriam retomados depois. E assim repassa outros autores compreendidos dentro do mesmo espírito de compromissos regionais. Numa síntese feliz, pelo que examina e esclarece, surge a obra de Lima Barreto, o polêmico romancista-jornalista carioca, o ressentido e muitas vezes contraditório anti-passadista que detestou certas formas de modernização. Não obstante essa atitude, inscreveu-se como um dos maiores vultos da prosa pré-modernista pela grande força expressiva e raro poder documental da vida brasileira do Rio de Janeiro de sua época. Também preocupado com problemas brasileiros e com nossa realidade. Graça Aranha antecipa "a tomada de consciência dos modernistas" (p. 106), pelos temas tratados, apesar dos desníveis e dos prejuízos de sua obra em que estão presentes elementos díspares e até mesmo opostos, enquanto posição de espírito. Nessa linha de procedimento, o A. situa com objetividade os escritores, extraindo deles os componentes de maior significação e abre caminho para melhor compreensão da literatura por eles criada.

Em Rui Barbosa, divisa o representante típico da mentalidade que se instalou no Brasil a partir de 1870 e perdurou até ao advento do Modernismo. Mostra-o nos dois polos em que se moveu: teoricamente progressista, praticamente conservador "porque seu conceito de liberdade não o movia a lutar pelas condições, concretas dessa mesma liberdade" (p. 116). Expressas num estilo terço, antes português tradicional que brasileiro em sua formação, suas idéias "reboaram formidavelmente em virtude do talento verbal que eu as defendia" (p. 117), contra o que se insurgiu violentamente o Modernismo. Já Euclides da Cunha, mais dentro de nossa realidade, por força do convívio, observou-a sem os formalismos de Rui e, vivendo-a, denunciou-a com poder extraordinário, extraindo daí "a face trágica que contemplamos em *Os Sertões*" (p. 121), a despeito do prejuízo decorrentes dos ensinamentos da época. Com a segurança já referida, aponta na obra de Euclides da Cunha os elementos que definem no panorama da Literatura Brasileira como transição entre duas fases de nossa vida cultural. A personalidade do escritor, como sua obra, inclinava-se para "os conflitos violentos", observa Bosi, daí a força de comunicação, forte e áspera como a realidade que viu.

A seguir, passa a considerar aqueles escritores que deixaram alguma contribuição típica no Pré-Modernismo, como Oliveira Viana que aplicou à história nacional cânones sociológicos, pelos quais refutava os fáceis esquemas evolucionistas de Spencer" (p. 127); ou como Alberto Tôrres que teve a lucidez de substituir o fator étnico, ao contrário do corrente; ou como Oliveira Lima, historiador "profissional, avêso às teorizações", liberal, mantendo-se em equilíbrio entre as forças opostas; ou como João Ribeiro, "tipo exemplar de humanista moderno", a gravitar em vários campos, da poesia à filologia, com passos intermediários; ou como Ronald de Carvalho, crítico e poeta entre o academicismo e a literatura de vanguarda; ou como Nestor Vitor que teve o mérito de compreender a poesia simbolista, o que não havia ocorrido com João Ribeiro e Ronald de Carvalho. Considerações mais demoradas recebe Farias Brito, cuja falta de repercussão se deve ao fato de estar a sua obra desligada da realidade brasileira, o que aliás acontece com quase toda a literatura da época. A Farias Brito se liga Jackson de Figueiredo, responsável pelo enriquecimento da cultura religiosa brasileira. Transportando-a para o jornalismo militante, aí deixou páginas de apaixonada posição ideológica e política.

De "linguagem oitocentista", mas de "intenção moderna", Alfredo Bosi considera a Vicente Licínio Cardoso, o nacionalista intransigente de contexto filosófico [que] excluiu o componente místico de Jackson de Figueiredo". Representa-

tando o ecletismo e a tolerância de temperamento, surge Gilberto Amado, o ensaísta de prosa fluente e macia que "recortava de preferência aspectos da vida social em nossa terra" (p. 143). Por fim, faz um balanço da atividade do jornalismo militante na época, destacando, entre outros, "o cronista atraente da vida carioca, João do Rio" (p. 144).

Obra clara, objetiva e segura em seus juízos; equilibrada em suas partes e por isso mesmo harmônica no conjunto. E' tanto mais importante quando se tem em mente que êsses períodos de transição ficam sempre na penumbra e raros são os que se aventuram nêles, sem a paixão que distorce as coisas e os fatos e dificulta, senão impossibilita, a visão justa dos autores e do momento. Alfredo Bosi conseguiu manter-se em posição de equilíbrio e assim traçar com propriedade o panorama de uma fase da nossa literatura ainda pouco estudada. — José Carlos Garbuglio.

M. CAVALCANTI PROENÇA, *José de Alencar na Literatura Brasileira*. Rio, Editora Civilização Brasileira S.A., 1966, 147 pp.

A crítica à obra de Alencar, por força da grandeza dessa mesma obra, tem passado por várias temperaturas, desde a frieza glacial dos primeiros tempos, motivo de fundadas mágoas do romancista, até o entusiasmo de críticos modernos, surpreendido nas opiniões revalorizadoras e análises estéticas que tendem a harmonizar-se com a consciente elaboração artística do escritor.

Sem intuítos preconcebidos de refutar restrições feitas a Alencar, mas revendo sua obra à luz de perscrutações serenas, tanto quanto profundas, Cavalcanti Proença, neste ensaio, que fôra escrito originariamente para as edições Aguilar, não se limitou a uma simples "introdução", mas tentou uma interpretação original que, se não esgota o assunto (mesmo porque não era tempo e lugar), desperta interesses novos e sugere, implicitamente, os estudos fundamentais que ainda não se fizeram do romancista de *Senhora*.

Aqui, mais uma vez, ganha foros de verdade a afirmação de que o estilo é o homem. A linguagem simples e cativante, pelo seu à vontade, que nada tem de superficial, lembra a todo momento a personalidade humaníssima do ensaísta, que sempre encara os problemas de literatura com acentuada dose de compreensão e simpatia e sabe, na segurança de sua formulação, que as verdades da vida e da arte, sem prejuízo do espírito crítico, podem ser ditas sem atavios complicados ou ares exagerados de seriedade caturra. Ele prefere o tom ameno das conversas informais, disciplinadas apenas pelas indispensáveis exigências da língua escrita. Assim, na toada embaladora dessa prosa, o leitor percorre as páginas do livrinho e vai aprendendo muito e muito da pessoa humana e da exuberante personalidade artística de Alencar.

A "Advertência do Autor" explica as limitações impostas ao ensaio, contudo, apesar de abranger aspectos bem diversos da vida e da obra do escritor; note-se, por exemplo, como as citações estão excessivamente policiadas, discrição ditada pela natureza e destino do ensaio, não obstante o leitor perceber que C. P. tem muitas outras coisas a dizer e que precisa dizer, em benefício dos estudiosos e admiradores do pai de *Iracema*.

Corroborando essas observações a brevidade dos capítulos, a começar por "Uma Vida... um Destino", em que se sintetizam informes importantes sobre a infân-

cia e juventude do escritor e que foram decisivos para sua vocação artística, conforme confissões expressas ou deduções do ensaísta, enriquecidas de comentários agradáveis e precisos; tudo, porém, converge para dar a essas primeiras páginas a função de pórtico por onde se penetra facilmente na intimidade da obra.

É por isso que logo de início, reportando-se às origens da família de Alencar, com o necessário realce das figuras históricas da avó, D. Bárbara, e do pai, o Senador José Martiniano, C. P. quis chamar a atenção para os motivos maiores de orgulho e emulação que o romancista encontrara no seio da família, e assinalar pontos principais do território brasileiro percorrido pelo jovem, os quais, no futuro, seriam transfigurados esteticamente na sua variada obra. Este futuro chegou sem pressa: Alencar não revelou sofreguidão para estrear; antes, preparou-se para a missão que encarava com grande respeito e seriedade, ciente da transcendência do labor artístico, que deve iniciar-se pelo domínio do artesanato.

Insistindo nessa tecla, mais uma vez C. P. tem o ensejo de lembrar a constante preocupação formal do escritor, denunciada nos vários momentos de teorização (Cartas sobre "A Confederação dos Tamoiós, artigos, prefácios, apêndices, notas explicativas etc.), ao mesmo tempo que assinala os passos de sua formação intelectual, desde as primeiras leituras francesas, feitas na época da Faculdade de Direito de São Paulo e o interesse pelos cronistas coloniais, quando de sua estada em Recife, para cuja Faculdade se transferira. Afinados com esses interesses, são os primeiros artigos publicados em revista acadêmica, onde "o môço Alencar anunciava suas predileções: o passado da pátria e o uso do instrumento literário. Preparava-se para levantar no romance a evolução histórica e social do Brasil e adestrava-se na criação do próprio estilo — amálgama de outros estilos que, fundidos ao calor de sua alma de artista, lhe deram expressão individual, reconhecível, até hoje, com poucas linhas de leitura" (p. 8).

Outros pequenos trabalhos também devem merecer tôda atenção, porque explicam ângulos de sua criação literária. É o caso das crônicas "Ao Correr da Pena", sobre acontecimentos e cenas da cidade, e cujos assuntos seriam reelaborados posteriormente na obra de ficção (p. 10). Pode-se mesmo apontar uma coerência entre a ficção e os conceitos expendidos esparsamente.

Merece uma nota de admiração a capacidade criadora de Alencar, aqui passada em revista. Em poucos anos escreveu copiosa obra, apesar das preocupações políticas que lhe roubaram boa parte do tempo. A passagem pelo Ministério e Parlamento merece atenção pelo muito que pode revelar do caráter do romancista; algumas de suas atitudes dão as côres mais vivas do seu perfil moral (p. 30). Além disso, ficaram também da experiência política as "Cartas de Erasmo", documentos indispensáveis à reconstituição histórica de fatos do II Reinado.

No contexto puramente literário, quando opina sobre a classificação dos romances feita pelo próprio Alencar, um dos pontos controversos da crítica, C. P. justifica as afirmações do escritor, encontrando nelas razoáveis fundamentos de convicção.

O primeiro capítulo se encerra com as considerações sobre a morte de Alencar: se ele não gozara, em vida, da popularidade merecida, teve, em compensação, o reconhecimento dos grandes, como provam as palavras carinhosas de Machado de Assis, transcritas no final (p. 39).

Aprofundando a análise crítica, C. P. examina certos compromissos temáticos, principalmente aqueles que marcaram o nacionalismo e a originalidade do escritor e que, em última instância, dão a sua obra o cunho identificador de brasilidade, apenas ensaiado na literatura que a precedeu. A propósito desse nacionalismo, C. P. empresta grande importância ao americanismo de Alencar (p. 39/40) e demonstra, através de exemplificação suficiente, a participação da paisagem americana na conformação dos caracteres das personagens, condicionando os seus aspectos positivos e servindo até de argumento para a conhecida tese romântica da oposição campo X cidade, em termos de superioridade do primeiro em relação a esta última.

Sem prejuízo do perfeito equilíbrio do trabalho, percebe-se a adesão do A. às concepções alencarianas do selvagem, plenamente justificadas no trabalho. Transcrevendo trechos de Montaigne, ele mostrou que havia antecedentes respeitáveis, e que o indianismo do autor de *Iracema* não destoava do conjunto de idéias correntes na época. Apenas houve, da parte de Alencar, uma conciliação do seu otimismo em relação aos selvagens, com o encarecimento da cultura, da tradição, da civilização portuguesas: "Entretanto, apesar de todas as teorias nativistas, o acervo de cultura, de tradição, de civilização, era português. Então, Alencar veste o índio com roupagens de cavalheiro, o arco vira besta, o tacaieiro, montante. Peri vai além: chega a usar o próprio montante, abrindo claros em torno de si; na luta contra os aimorés, transforma a carabina em clava e, mais uma vez, semeia a morte nas hostes inimigas. Lá do céu, Eurico o Presbítero, fica olhando, entusiasmado, o guerreiro tupi, seu herdeiro e continuador. Assim era preciso, para que o ancestral escolhido não ficasse a dever aos portugueses, proibidos, proscritos, mas heróicos e admirados em sua glória cavaleiresca" (p. 51). O importante, acrescenta, é que "Alencar nos deu esse índio transfigurado. Nisso, como todo artista predestinado, incorporou à sua arte um sentimento popular autêntico que, embora mais intenso naquela época, é ainda bem vivo hoje" (p. 51).

Prolongando o exame do assunto, o A. ressalva sua posição, mas defende a necessidade da justeza da crítica (p. 53). Apesar de breve, este capítulo é uma feliz contribuição ao estudo do indianismo romântico.

O problema da língua e do estilo mereceu também a atenção de C. P., mas pouco se demora nele. Naturalmente o tipo de trabalho não comportava demorados estudos técnicos, já iniciados por outros autores, e ainda não esgotado. Assim, essas observações valem principalmente como fecundas sugestões para a continuação das pesquisas que o valor da obra exige.

Explicando, de passagem, a significação de verossimilhança adotada por Alencar (verossímil = possível), e necessidade do conhecimento desse conceito para entendimento da obra, C. P. aponta outras raízes populares da obra em análise, e o modo como foram transfiguradas (p. 55). São essas bases folclóricas, sempre lembradas no decorrer do ensaio, as características mais expressivas do nacionalismo do escritor. Adiante, quando estuda os heróis alencarianos, afirma que "muito folclóricos, são perfeitos, lutam pelos fracos, sofrem injustiças, chegam mil vezes, às bordas da morte, mas continuam fiéis a si próprios e ao papel que lhes cabe no enredo" (p. 92). E após demorar-se no estudo da conformação e atuação de muitos desses heróis, reafirma: "Alencar se torna popular, porque realiza nos seus romances o equilíbrio moral e social com que sonham todos os idealistas e o povo. Os maus são punidos, os heróis, exaltados" (p. 97).

Nos limites dessa interpretação, e para comprová-la suficientemente, analisa os heróis sob diversos ângulos: qualidades intelectuais, morais, perspicácia, inteligência, espírito, coragem etc., definidos na obra pela caracterização ou pela ação, como se vê das várias passagens transcritas.

Na mesma oportunidade, esclarece aspectos das personagens, como a relação curiosa que existe entre a aparência física e o modo de ser psicológico. Como um recurso agradável, o A. faz desfilar a gentil galeria das donzelas alencarianas, as quais nos são apresentadas em momentos diversos, o que determina a variedade dos trajés e das atitudes, ocasião para que o leitor, guiado pelas observações do ensaísta, descubra outras constantes estilísticas de Alencar, principalmente no que se refere à criação e movimentação do seu mundo feminino.

Um estudo da obra do romancista de *O Guarani* não pode esquecer a presença dos animais que, em certos casos, são elementos integrantes do enredo. Mas é preciso atentar para uma particularidade: "Os personagens alencarianos do tipo herói têm, entre os seus traços de família, que são muitos, um domínio quase miraculoso sobre os animais. Não sobre cães e gato e outros bichos domésticos, mas sobre aqueles com que os homens não costumam cultivar relações de intimidade. Burro, boi, cobra, porco. E animais silvestres que se domesticam, ou, melhor, se abrandam e se suavizam, dominados pelos fluidos órficos que o herói irradia, e se tornam xerimbados" (p. 111). Nessa linha de raciocínio, desdobram-se as apreciações sobre a copiosa e interessante fauna que anima as páginas de ficção do escritor cearense, inclusive aquelas que aproximam a criação literária das bases folclóricas inegáveis, pois o boi Dourado (de *O Sertanejo*) descende do Rabicho da Geralda, sem prejuízo de outro parentesco, como o do touro negro que matou o Conde dos Arcoz (p. 124).

Para não ficar apenas nos pontos positivos, C.P. justifica, em face da grande extensão da obra, alguns cochilos, repetições ou mesmo emprêgo de lugares-comuns. São, porém, insignificantes, como também são as propaladas influências sofridas pelo escritor. Se existirem, o número é pequeno e mais do que compensado por aquelas ditadas pela obra, amplas, indiscutíveis, e com o sainete consagrador da popularidade.

Ao terminarmos a leitura deste trabalho, aplaudimos sua dedicatória à mocidade universitária, mas acrescentamos que todos se beneficiarão de sua leitura, mormente os estudiosos da Literatura Brasileira. — *Rolando Morel Pinto*.

ESTACIO DE LIMA, *O Mundo Estranho dos Cangaceiros*, Salvador, Editorial Itapoã Ltda., 1965, 327 pp.

O fenômeno do Cangaço, de acentuadas peculiaridades nordestinas, tão tristemente famoso pelas tradições de crueldade, ou, ao contrário, aureolado pelo sópro épico da poesia folclórica, passou a constituir, depois do desaparecimento dos bandos organizados, um tema sedutor para o teatro e o cinema, a inspirar uma obra de ficção que veio continuar uma temática antiga, além de despertar o interesse de estudiosos sérios, das mais diversas especialidades. Neste roteiro, é das mais louváveis a iniciativa das Cadeiras de Literatura Brasileira e Teoria Literária, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com apoio de outras instituições, em destaque o Instituto de Estudos Brasileiros, promovendo um curso de extensão cultural em torno do fenômeno,

no qual estão sendo revistos os variados aspectos do banditismo das caatingas e sua implicação ou repercussão na realidade nacional.

Para nós que vimos acompanhando o referido curso, nada mais oportuno que a leitura de algumas obras relacionadas com o assunto. Entre essas, está o presente trabalho do Professor Estácio de Lima, que é, sem favor algum, uma contribuição eficiente para a compreensão científica do fenômeno perturbador, felizmente desaparecido.

Logo nas palavras introdutórias, o A. adverte sobre a intenção de seriedade do ensaio, "bastante meditado", e de propósito vazado em estilo simples, despojado, tanto quanto possível, de terminologia científica, e até com "certos coloridos literários, naturais do (seu) temperamento" (p. XIII). O interesse do A. às vezes ultrapassa os limites da equação científica rumo a uma identificação quase afetiva com o drama daquelas estranhas criaturas que escreveram, na semi-inconsciência de suas ignorâncias, páginas sangrentas dos sertões. O professor, escudado nas lições da ciência e com a tarimba de Presidente do Conselho Penitenciário da Bahia, logo percebeu que os "grandes e impetuosos delinquentes" eram passíveis de plena reabilitação, pois se distinguiam dos criminosos vulgares e malandros dos grandes centros; eram antes, "criaturas graves, de alma empedernida, e de coração delicado" (p. XIV).

A fim de analisar os motivos que explicam o caráter *sui generis* do cangaceiro, E. de L. distribui a matéria do seu livro praticamente em duas partes: "Visão do Problema" e "As Brigadas e as Persiga", pois a terceira parte, muito menor, resume-se no "Epílogo", isto é, nas conclusões finais.

Foi das mais felizes a disposição da matéria desta obra: enquanto na "Visão do Problema" temos, em panorama, a vida sertaneja, em primeiro plano, a dos cangaceiros, a parte seguinte é um longo depoimento de Labareda, um dos famosos cabras de Lampião, que escapou à dizimação do bando, quando foi este surpreendido pelas forças sob o comando de Bezerra, no valhacoito de Angicos, em julho de 1938.

Através do estudo do meio, o A. mostra as condições adversas enfrentadas pelos sertanejos, por causa da aspereza do clima, do atraso da região, em face das cidades do litoral, mais civilizadas, atraso que se deve ao abandono do Nordeste, pelas autoridades do País (p. 3). O conjunto de circunstâncias negativas condicionou o tipo de banditismo da região que, por isso mesmo, distingue-se de outros que se tornaram igualmente célebres na Sicília ou na América do Norte. Ao lado das condições fisiográficas, o A. lembra a ação das deformações sociais, que vitimavam os mais humildes, tais como a indiferença dos poderes constituídos, incompreensão e injustiças. Exemplo eloquente é do jovem lavrador Angelo Roque que, por falta de assistência judicial, foi empurrado para o crime e se transformou no perigoso Labareda (p. 11). Entre essas deformações, está o coronelismo, uma das mais nefastas instituições, cujos defeitos prejudicaram o progresso de toda a área do Nordeste (p. 13 et seqs.). Aproveitando-se da pobreza da região, esses régulos exerciam, com verdadeiro absolutismo, amplos poderes, escudados na privilegiada situação econômica. Em torno de suas "casas-grandes" reuniam-se bandos armados, para as estrepolias da política regional, ou a serviço do ódio de famílias, que se dizimavam por questões de terras ou outras mais fúteis. Para esses bandos eram recrutados os foragidos da justiça, com a vantagem de já estarem marcados pelo crime e por trazerem, por isso mesmo, motivos de conformada submissão (p. 16).

No meio da triste miséria da maioria dos habitantes do sertão árido, as regalias de que gozavam os cangaceiros, mais de fama que de verdade, diga-se de passagem, não deixaram de constituir um atrativo para os jovens decididos, que viam suas energias exaurirem-se numa labuta mal remunerada e despiça de quaisquer perspectivas. No cenário cinzento dos casebres precários, onde escasseavam os alimentos e faltava por completo a higiene e a instrução, a vestimenta espalhafatosa do cangaceiro era, além de uma nota colorida, tentador convite para a aventura, na companhia daqueles homens e mulheres que o povo simples origia à categoria dos mitos.

São êsses fatores externos realmente os principais responsáveis pelo Cangaço, banditismo de caracteres típicos, tanto que se circunscreveu espacial e temporalmente. Essa opinião do A. fundamenta-se no estudo científico do homem, pelo qual concluiu que se não deve argüir interferências étnicas na elucidação do fenômeno Lampião, e dos demais cangaceiros; chegaram ao crime por uma série de motivos, mas não de natureza racial (p. 33). Quando muito, podem-se lembrar as condições "ideais" de um cangaceiro, como o tipo somático capaz de adaptar-se às duras exigências da vida nas caatingas, e a idade jovem, pelos motivos óbvios.

Em outro capítulo, o A. demora-se no estudo da mulher sertaneja e da sua presença no bando. Antes, examina o baixo índice de criminalidade do elemento feminino e, a seguir, dirige o foco de visão para aquelas mulheres que integraram os bandos, como simples companheiras dos cangaceiros, ou como elementos marcantes, que participaram, em pé de igualdade com seus homens, de muitos combates. O A. refere-se a dezenas delas, dando destaque especial a figuras da importância de Maria Bonita, a romântica companheira de Lampião (p. 57), a Lídia, bela e irrequieta sertaneja, vítima dos ciúmes e da vingança cruel do Zé Baiano (p. 61), e Dadá, em que salienta a personalidade original e traça o perfil, com simpática compreensão. Sobrevivendo às contínuas lutas, ao lado de Curisco, ela se tornou excelente mãe de família, comprovando assim a teoria do A.

Ao estudar a criança sertaneja, em relação ao Cangaço, volta o A. a insistir na tese sobre a capacidade de reabilitação dos cangaceiros. Note-se, no entanto, que êle não fica apenas no episódico dos fatos; passa a considerações outras sobre o problema infantil no NE., a partir das dificuldades que sofriam as mulheres no tempo da gestação e, principalmente, na época do parto. São lembrados êsses problemas daqueles conjuntos de fugitivos que, apesar das lendas, não passavam de pobres seres humanos, sofrendo, como os outros, as limitações da pobreza e mais ainda, em virtude da própria condição de pessoas caçadas pelas polícias de vários Estados. Assim, desde o nascimento, as crianças passavam pelas mais difíceis provações, e poucas escapavam aos perigos que as ameaçavam na tenra idade. Os de fora, cresciam enfrentando uma existência sem horizontes ou possibilidades, condenados previamente à condição de dependente dos coronéis. Muitos viam, com admiração, a decantada liberdade dos cangaceiros.

O ingresso dos jovens nos bandos é outro tópico examinado com toda isenção. Não eram raros os contatos de meninos com os cangaceiros, mas poucos se engajavam. Não eram aliados, pelo contrário. A incompreensão das autoridades era a maior responsável pelo descaminho dos rapazes. Saracura foi uma dessas vítimas (p. 90). Se tivesse havido equação do problema, dentro de coordenadas sociais, ter-se-ia evitado o alastramento da criminalidade. Sob êsse aspecto, a "sociedade foi madrasta" (p. 93). Dentro desse ponto de vista está

o arrazoado que o A. apresentou em defesa de Volta Sêca, um dos mais jovens cangaceiros do Nordeste.

A coerência da opinião do A. percebe-se ainda no capítulo V, onde são estudados os costumes, hábitos e credences dos sertanejos. É surpreendente, para aquêles que não têm a mínima vivência do sertão, o conhecimento da vida "religiosa" dos homens do cangaço: mistura de crenças fáceis e fé ingénua, obedecendo aos princípios da Igreja, respeitando os sacerdotes, mas persistindo na trilha do crime, em verdadeiro estado de inconsciência do pecado. São transcritas várias orações "fortes", algumas encontradas entre os pertences de Lampião. Da linguagem ao conteúdo, espelha-se a pobreza intelectual daqueles infelizes analfabetos.

Esses documentos, seguidos do exame dos pouquíssimos hábitos de higiene e dos poucos recursos da medicina primitiva com que combatiam as doenças que assolavam os integrantes do bando, constituem excelente material para os estudiosos da sociologia e da geografia humana da região. São páginas originais, pois nem sempre são lembrados êsses pormenores que revelam os pobres homens que se escondiam atrás das máscaras dos bandidos (p. 150/4).

Espécie de *intermezzo* lírico é o capítulo dedicado às "Cantigas e Cantores" (p. 135). Servindo-se de pequena documentação, o A. faz ligeira incursão no campo da poesia folclórica, salientando as trovas que perpetuaram as façanhas dos heróis, dos quais o mais popular é Virgulino Ferreira, o Lampião, mas focalizando também a figura de Gitirana, cuja fama de cangaceiro competia com a de trovador popular (p. 157). Nessa poesia encontram-se os elementos de respeito e saudade, pois os cangaceiros eram tidos como símbolo de uma revolta contra um estado de coisas, cheio de erros prejudiciais. É por isso que o A. conclui: "As pequenas virtudes que possuía o cangaceiro continuam a hipertrofiar-se na imaginação popular" (p. 163).

Corolário dessa primeira parte, de caráter explanatório, é o depoimento de Labareda, colhido cuidadosamente, a fim de se chegar o mais próximo possível da autenticidade. Conforme o A. nos explica, o antigo cangaceiro foi pacientemente reconstituindo os fatos principais que iam sendo registrados na fita do gravador. Na transcrição fiel, foram tomadas as necessárias precauções, para a adequação da ortografia à prosódia. As soluções encontradas são apresentadas previamente. Embora essas explicações não se revistam de rigoroso cunho lingüístico, fixaram, pelo menos, o critério adotado.

A margem do pitoresco dos fatos recordados por Angelo Roque, está o retrato de uma realidade, o qual adquire máxima importância, porque é feito espontaneamente, sem os prejuízos e preconceitos críticos, sem as possíveis distorções de espírito analista que os visse de fora. Reproduzindo as façanhas do seu grupo, lembrando os bons e maus momentos passados nos anos de correria sem tréguas nos cerrados e chapadas, vai delineando, sem perceber, o esboço de uma estrutura social realmente anacrônica, responsável direta pelo estado de descalabro a que haviam chegado as populações sertanejas. Comove o leitor de hoje a simplicidade com que são contadas cenas escabrosas e acontecimentos rotineiros da vida dos grupos, como se tudo não passasse de naturais incidentes, sem maiores conseqüências. Essa naturalidade de expressão é o melhor argumento de defesa dêsses homens que, à luz de uma compreensão desprevenida, no teor dessas que apresenta. E. de L., passam a ser considerados como vítimas, não como algozes. — *Rolando Morel Pinto*

FACÓ, Rui — *Cangaceiros e Fanáticos* — Retratos do Brasil, vol 15, Editora Civilização Brasileira S. A., 2.^a edição, 226 pp. e várias ilustrações no texto. Rio de Janeiro, 1965.

O cangaço e o misticismo, ao lado de vários outros temas da realidade brasileira, especialmente da região nordeste, têm sido amplamente explorados por nossos artistas, sociólogos, antropólogos, economistas e historiadores. Cada um deles, através de sua perspectiva particular, tem-se dedicado a fundo ao estudo desses fenômenos, tomando-os isoladamente e analisando-os em seus detalhes. Neste sentido, a presente obra parece-nos bastante oportuna.

Rui Facó não é um cientista social, nem historiador. É, acima de tudo, um jornalista inteligente e perspicaz, cujo livro nos mostra a necessidade de exorbitarmos os limites aparentes dos eventos, para que, atingindo suas bases concretas, amplie nossa compreensão dos fatos sociais.

Além de trazer importantes contribuições ao conhecimento especializado, *CANGACEIROS E FANÁTICOS* proporciona ao público mais amplo uma sólida visão dos problemas de que trata, numa linguagem bastante acessível. Contudo, algumas restrições lhe podem ser feitas, ainda que seu valor fundamental não se torne menor.

Vejamos o que a obra nos apresenta.

As três partes que a compõem podem ser interpretadas como dois momentos da reflexão. Em primeiro lugar, temos uma síntese da temática a ser desenvolvida, em que é definido, com bastante nitidez, o caminho que o Autor adotará na explicação; nas unidades seguintes, apresentados em close, destacam-se dois casos já esboçados na primeira parte, agora considerados na sua individualidade, embora referentes ao mesmo contexto.

O DESPERTAR DOS POBRES DO CAMPO — “Uma série de crises de ordem econômica, ideológica, de autoridade — expressas em rebeliões espalhadas em vastas áreas do interior do Brasil, abrangendo muitos milhares de habitantes do campo, é a característica principal do período de transição que compreende o último quartel do século XIX e o primeiro deste século em nosso país” (p. 15). “Era mais do que natural, era legítimo, que esses homens sem terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma ‘saída’ nos grupos de cangaceiros, nas selvas dos ‘fanáticos’, em torno dos beatos e conselheiros, sonhando a conquista de uma vida melhor” (p. 21). “Suas lutas (...) tinham um caráter social progressista, na medida em que traduziam aspirações de libertar-se da terrível exploração do latifúndio, que tudo condenava à estagnação. Tentavam fugir ao seu domínio concentrando-se em grandes aglomerações. Uma vez vítimas da agressão, pegavam em armas e resistiam até a morte” (p. 69). Contudo, ressalta o Autor, uma distinção se faz necessária: apesar de gerados por uma só matriz, “o cangaço é desde o início um elemento ativo e o misticismo surge como um elemento passivo. Manifesta-se sem fins agressivos” (p. 53).

CANUDOS E O CONSELHEIRO — Interpretação da campanha de Canudos à base de um material rico e bem explorado. Não interessa ao Autor, de modo particular, a compreensão do movimento messiânico enquanto tal. “Cinco ou seis mil famílias, deslocadas da terra por fatores diversos, mas fundamentalmente pela opressão dos grandes fazendeiros semifeudais, procuravam viver, e para isso lutavam de arma na mão... Havia simultaneamente um surto de misticismo religioso entre aqueles miseráveis ignorantes? Não há dúvida. Mas isto não

invalida a afirmação contida nos próprios fatos... estranho misticismo êsse que arregimentava apenas os pobres!" (p. 120)

JUAZEIRO E O PADRE CÍCERO — "Enquanto o obituário cresce em Fortaleza e em outras zonas do Ceará, assim como em outras províncias sacrificadas pela sêca, como a Paraíba e o Rio Grande do Norte, enquanto a emigração aumenta em direção à Amazônia, os que se recusam a emigrar e tentam salvar a vida correm para o Cariri" (p. 132). "E aqui vale destacar o fato de haver-se tornado consciente para muitos romeiros que não podiam, em Juazeiro, esperar um nôvo Canudos (...) não havia nenhuma relação entre a doutrina do Conselheiro e os ensinamentos do Padre Cícero (...) enquanto o patriarca do Juazeiro acumulava riquezas, as esmolas recebidas, o Conselheiro distribuía à pobreza tudo o que recebia. Nas lutas que travavam, um contra as forças do governo e o outro contra a Igreja, encarnada na pessoa do Diocesano, Antônio Conselheiro reagia à mão armada, enquanto o Padre Cícero pregava a obediência e a humildade... Aí temos o Padre Cícero enaltecido como elemento moderador de 'excessos' dos miseráveis que se arregimentavam em tôrno dêle, acreditando-o seu salvador" (p. 175/6). O desenvolvimento dêste episódio não poderia deixar de sublinhar a figura de Floro Bartolomeu da Costa que é apresentado como "um falso romeiro que acabaria sendo o mentor político das decisões do Padre Cícero" (p. 149) e a crise do mandonismo local diagnosticada através do famoso "pacto dos coronéis", assinado em 1911, em Juazeiro, no qual se afirmava: "nenhum chefe procurará depor outro chefe, seja qual fôr a hipótese" (p. 153).

Sentimos, de imediato, que a tônica do livro são os fanáticos. Realmente, o episódio de Lampião é tratado apenas de passagem, sempre referido ao fanatismo, quer no estabelecimento de analogias, quer na formação dos contrastes. Entretanto, a curiosidade despertada no leitor, neste caso particular, não é satisfeita e, o que é mais grave, sentimos aí uma das falhas do trabalho. Julgando do ponto de vista formal, podemos afirmar que a própria estrutura do livro impunha um tratamento sistematizado do tema. A "guerra de Canudos" e a concentração de místicos no Juazeiro se aproximam por serem compreendidas a partir das mesmas causas e por haverem contado, ambas, com a participação de fanáticos; entretanto, elas se opõem desde que as projetemos sôbre o quadro de referência construído pelo Autor: a segunda foi utilizada diretamente pelos coronéis do Cariri em suas lutas pelo poder e na solução dos problemas decorrentes da escassez de mão de obra rural. Por outro lado, o movimento de Antônio Conselheiro encontra analogias no cangaço, o que se evidencia quando êle se transforma em rebelião contra as forças políticas vigentes; ao mesmo tempo, êles se distanciam quando pensamos em termos do fanático e do cangaceiro como seus integrantes. Esta reflexão que, de certo modo, está contida na primeira parte do livro, sugere, de imediato, três situações distintas que se configurariam em tôrno de Antônio Conselheiro, Lampião e Padre Cícero. Destas, apenas duas foram desenvolvidas mais extensamente.

Além disso, caberia perguntar: teria o Autor atingido seus objetivos?

Logo à página 11 vamos encontrar a perigosa (ainda que honesta) afirmação: "Foi nosso empenho dar resposta principalmente a estas indagações: Por que surgiu o cangaceiro? Por que surgiu o fanático? Que gerou o capanga? Que os faz desaparecer?" E a resposta contida no desenvolvimento da obra é sempre a mesma: o latifúndio, as relações pré-capitalistas de produção, o isolamento geográfico, as sêcas e assim por diante; o seu desaparecimento seria explicado, evidentemente, através da mudança dessa situação original. O pro-

blema que se coloca não é o da inviabilidade dessas hipóteses que são muito bem encaminhadas pelo Autor. O que não podemos deixar de salientar é que Rui Facó justapõe as condições reais de existência do sertanejo aos eventos históricos que pretende analisar sem estabelecer, de maneira positiva e realmente consistente, as correlações necessárias à explicação causal. É verdade que, principalmente através da figura do coronel, o Autor tenta estabelecer tais conexões explicativas entre o panorama geral e os movimentos de cangaceiros e fanáticos. Contudo, resta-nos uma questão: por que surgem, exatamente *esses* dois tipos de movimentos, quais as condições específicas que os geraram, qual a ideologia de seus protagonistas? Parece que neste ponto êle vai encontrar as limitações de sua formação, deixando aos especialistas o prosseguimento da análise.

Contraditóriamente, êste é o ponto mais criticável da obra, ao mesmo tempo que um dos mais positivos. A nosso ver, duas são as contribuições de Rui Facó. Por um lado, a tentativa de entender os problemas partindo da situação global em que se inserem, buscando nela a sua verdadeira explicação. Por outro, o tratamento do cangaço e do misticismo conjuntamente, ao lado da migração, como coordenadas de um mesmo esquema, como possibilidades alternativas se bem que invioláveis (e que não se excluem necessariamente) de superação de um drama existencial cujo traço determinante é o esmagamento das prerrogativas humanas do camponês. Devemos frisar, ainda, que apenas o estudo em termos de um esquema amplo de análise não é suficiente, embora, no caso presente, sugestivo; ao mesmo tempo devem ser buscados os motivos particulares de cada situação. — *Antônio Augusto Arantes Neto.*

CARLOS DRUMOND. *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira.* São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1965. 129 pp.. Mapa.

"Tupimania brasileira" é o título de um dos capítulos do livro *Toponímia brasileira*, de Armando Levy Cardoso, onde o diligente escritor pondera, baseado em pesquisas e informações científicas, que houve "da parte de alguns estudiosos de nossa toponímia, um verdadeiro sestro de querer explicar com etimologias tupis tôdas as denominações indígenas, chegando o fato a constituir, realmente, uma verdadeira tupimania." Por êste motivo é que a Cadeira de Línguas Indígenas do Brasil, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, criada em 1962, iniciou o levantamento exaustivo da toponímia brasileira de origem aborígene em geral, para posteriormente levar avante a publicação de um dicionário toponímico. A parte referente ao Bororo já se acha completa e é o tema do presente estudo.

A obra em aprêço foi apresentada como tese de livre docência à Cadeira acima nomeada. E' uma ampliação de largo fôlego do ensaio preliminar publicado em 1954 pelo Boletim Paulista de Geografia. Neste, foram estudados cento e onze topônimos, e o apresentador, ao comentar a oportunidade do trabalho, valorizou-o por focalizar um aspecto que até então não havia sido tratado com o devido interesse.

Para o levantamento dos topônimos, o Autor utilizou-se de fontes cartográficas (carta de Mato Grosso de 1952 e fôlha de Corumbá da Carta do Brasil do millionésimo) e de trabalhos do insigne sertanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, dos salesianos César Albisetti e Antônio Colbachini e do historiador Basílio Magalhães. E, seguindo o delineamento dos estudos científicos da

moderna onomástica, procurou, "in loco", dirimir as dúvidas porventura existentes e buscar maiores esclarecimentos para uma série de designações geográficas, o que foi feito através de viagem realizada a aldeia Bororo denominada Meruri pelos indígenas, ou Sagrado Coração pelos religiosos.

O livro está dividido em dois grandes capítulos, a saber: *Oronímia* (p. 29-59) e *Hidronímia* (p. 63-115), analisando minuciosamente duzentos e vinte e três onomásticos. Cada capítulo comporta sub-divisão: uma dedicada às designações originárias de nomes de animais, outra às originárias de fontes diversas, uma terceira aos nomes que lembram espécimens vegetais, e a última aos topônimos originários de fontes diversas.

Diz Ashley Montagu, em "The direction of human development", que "não há menor dúvida de que sem a linguagem não pode haver pensamento humano, e que a linguagem é a base do pensamento quer vocalizada ou não. Prova mais convincente ainda desta relação é obtida pelo estudo conjunto das línguas e culturas dos povos pré-letrados. Tais estudos revelam a fidelidade estupenda pela qual a cultura se reflete na língua, como um espelho." O mesmo pode-se dizer da onomatologia. Da coleta levada a efeito por Carlos Drummond nada menos de oitenta e seis topônimos assinalados são originários de nomes de animais. Esse número de ocorrências permitiu inferir "de imediato e no caso tem valor corroborativo, a característica fundamental do gênero de vida destes índios: uma sociedade de caçadores. O mundo animal intimamente ligado à sociedade humana, através dos elementos orgológicos e animalógicos que compõem o patrimônio cultural deste grupo está presente na maioria dos topônimos", como se lê à página 16.

Convém lembrar, porém, que o Autor não alinhou entre estes topônimos alguns onomásticos que aí se enquadrariam. Como exemplo deste fato é o caso de *Aturebeico* (p. 50) cuja tradução equívale a conchas ou conchinhas, incluído na sub-divisão "Topônimos originários de aspectos diversos da cultura Bororo", e esta inclusão é explicada pelo Autor, mas de maneira que nos parece não muito convincente.

A distribuição areal dos topônimos coincide, em linhas gerais, com antigo território de caça dos Bororos, o qual, devido a fatores vários, atualmente está muito reduzido. Vem a propósito lembrar a veracidade da teoria de Fritz Graebner, exposta no "Methode der Ethnologie", em que afirma que o estudo dos topônimos nos ensina a conhecer os antigos limites das unidades étnicas e, portanto, das unidades de cultura.

Os reparos à obra, que faríamos, seriam todos de ordem técnica e de ordem teórica. Entre os primeiros, a inexistência de índice para capítulos e sub-capítulos que facilitariam uma consulta mais rápida. Ainda mais, a reprodução do mapa da Enciclopédia Bororo não foi feliz. Melhor, seria, a nosso ver, o mapa que acompanhou o artigo inserto no Boletim Paulista de Geografia, de melhor técnica cartográfica, que, com alguns adendos, poderia permitir ao leitor uma visualização da área estudada.

Como tese universitária é a primeira, de nosso conhecimento, integralmente dedicada a um estudo de onomástica brasileira. Assim sendo, as notas 1 e 2 mereciam um maior desenvolvimento no tocante à análise crítico-histórica dos estudos de toponímia no Brasil.

As críticas feitas em nada diminuem esta publicação que, por certo, se constituirá como marco expressivo nos estudos científicos da toponímia brasileira. — *Erasmu d'Almeida Magalhães.*